



Escola Profissional
BENTO DE JESUS CARAÇA

ASSOCIAÇÃO PARA O ENSINO

Projeto Educativo 2023/2026

setembro 2023



Índice

1. Introdução	2
2. Missão, Visão e Valores	5
2.1 Missão	5
2.2 Visão	5
2.3 Valores	5
3. Principais objetivos	6
3.1. Sucesso Educativo	6
3.2. Educação para a Cidadania Democrática	8
4. Construção do Modelo Pedagógico	10
5. Avaliação da Qualidade	12
6. Estratégia de Internacionalização	13

1. INTRODUÇÃO

- 1.1 O Projeto Educativo da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC) - em permanente processo de aperfeiçoamento e melhoria – tem confirmado a sua adequação aos objetivos que estão na base da criação da EPBJC. Uma Escola que tem como principais referências: o ideário social da sua entidade promotora, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional (CGTP-IN); o pensamento pedagógico e cultural do seu patrono, Bento de Jesus Caraça; os valores carreados pela Revolução do 25 de Abril de 1974 e; o projeto de sociedade preconizado na Constituição da República Portuguesa.
- 1.2 A EPBJC foi criada em 1990, na sequência de um protocolo estabelecido entre o Ministério da Educação e a CGTP-IN.

A iniciativa da CGTP-IN fora tomada com o firme propósito de contribuir para colmatar uma insuficiência e uma necessidade objetiva do país, ao nível da educação e da formação. Uma iniciativa indissociável do seu projeto sindical democrático, progressista e transformador da sociedade e da sua convicção de que a educação e a formação ao longo da vida constituem veículos primordiais para promover a igualdade de oportunidades, valorizar o trabalho e os trabalhadores e desenvolver o país.

No seu Programa de Ação, a CGTP-IN defende a melhoria das qualificações como uma necessidade «para desenvolver o País, aumentar a produtividade, o nível de vida e os salários; para responder aos desafios da evolução científica e técnica e avançar em direção ao pleno emprego (...)». Para a CGTP-IN, «a par da qualificação dos mais jovens, é necessário considerar aqueles que já trabalham, apostando em políticas de formação contínua e qualificação que respondam às necessidades de toda a população activa». Para a Central Sindical, é imperioso dinamizar a produção nacional, investir no conhecimento e na inovação, garantir o emprego e dignificar o trabalho, rompendo com o modelo de baixos salários e baixas qualificações, combatendo as desigualdades.

A dignificação social do trabalho, como fator quer de integração e participação social, quer de realização pessoal, constitui um património que incorpora valores que a EPBJC pretende que sejam apropriados pelos seus alunos.

É nesse sentido que a CGTP-IN defende o papel insubstituível da «Escola Pública Democrática, Gratuita, de Qualidade e Inclusiva».

1.3 A escolha de Bento de Jesus Caraça para patrono da nossa Escola constituiu e constitui uma homenagem à sua vida e obra. Uma escolha que é, também, uma forma de a EPBJC se apropriar do seu alto exemplo cívico e moral de intelectual português que lutou contra a ditadura fascista que, durante 48 anos, oprimiu o país, até ao seu derrube, em 25 de Abril de 1974. Nascido em 1901, em Vila Viçosa, filho de trabalhadores agrícolas, foi em condições muito difíceis que conseguiu prosseguir estudos. A sua excepcional envergadura intelectual permitiu-lhe alcançar o grau mais elevado de professor catedrático de matemática, com apenas 29 anos. Nunca esquecendo as suas origens, lutou em conjunto com outros professores e democratas contra a ditadura de Salazar. Como represália, em 1946, é preso pela PIDE e, tal como outros professores universitários, é demitido do ensino oficial.

O seu pensamento pedagógico baseava-se em duas noções fundamentais: a cultura integral do indivíduo como objetivo a alcançar e a defesa do que antes se chamava «escola única» como princípio organizador do ensino, recusando que houvesse uma escola para ricos e outra para os filhos dos trabalhadores.

Bento de Jesus Caraça considerava que a questão da cultura de toda a Humanidade era um problema central do seu tempo (questão de toda a atualidade no tempo presente). Definia a aquisição da cultura como uma tomada de consciência e elevação constante das mais positivas possibilidades humanas sob o ponto de vista físico, intelectual, moral e artístico. A cultura não poderia ser, portanto, monopólio de uma “elite”, mas uma reivindicação para toda a Humanidade, o que pressupunha a emancipação económica dos homens e das mulheres e a eliminação de sistemas baseados na exploração.

A elevação da cultura científica dos portugueses foi uma das suas grandes apostas, criando e dinamizando a Biblioteca Cosmos, responsável pela edição de centenas de livros, com muitos milhares de exemplares, de divulgação científica de qualidade. Encarava a ciência como “um organismo vivo, impregnado de condição humana, com as suas forças e as suas fraquezas e subordinado às grandes necessidades do Homem na sua luta pelo entendimento e pela libertação”, surgindo assim como um grande capítulo da vida humana social.

1.4 A Revolução do 25 de Abril de 1974 e a Constituição da República Portuguesa constituem grandes referências do nosso projeto educativo.

No preâmbulo da Constituição pode ler-se:

«A 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.

Libertar Portugal da ditadura, da opressão e do colonialismo representou uma transformação revolucionária e o início de uma viragem histórica da sociedade portuguesa.

A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais (...)

A Assembleia Constituinte afirma a decisão do povo português de defender a independência nacional, de garantir os direitos fundamentais dos cidadãos, de estabelecer os princípios basilares da democracia, de assegurar o primado do Estado de Direito democrático e de abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito da vontade do povo português, tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.»

Em 2 de abril de 1976, a Assembleia Constituinte aprova a Constituição, que consagra direitos, liberdades e garantias fundamentais, indissociáveis das lutas travadas pelos trabalhadores e pelo povo e das suas conquistas.

Alvo de sete revisões, e ainda que refletindo alguns recuos face à sua matriz inicial, mantém a sua natureza democrática e progressista que, na sua génese, coloca como inseparáveis as vertentes, política, económica, social e cultural da democracia, aliadas aos desígnios da independência e soberania nacionais. Inscreve os direitos dos trabalhadores como intrínsecos à democracia, reconhecendo às mulheres o direito à igualdade no trabalho, na família e na sociedade, consagra os direitos das crianças e jovens, dos reformados, dos cidadãos com deficiência, proclama a subordinação do poder económico ao poder político, lança as bases dos direitos sociais e culturais e consagra como princípios e valores inalienáveis, um Portugal independente, soberano, de paz e cooperação.

A Constituição estabelece que todos têm direito à educação e à cultura, incumbindo ao Estado promover a sua democratização, e que todos têm direito ao ensino como garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar. No ensino, reconhece aos professores e alunos o direito de participarem na gestão democrática das escolas.

2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

2.1 Missão

- Proporcionar aos alunos uma formação sociocultural, científica, tecnológica e prática, visando o seu desenvolvimento pessoal, cultural e cívico, a sua integração socioprofissional e criar condições para que, cada vez mais, possam também prosseguir estudos, preparando-os para um exercício profissional qualificado nas áreas de formação escolhidas e facultando experiências profissionais, no âmbito da sua formação no mundo do trabalho.
- Contribuir para a formação integral dos alunos como profissionais competentes e cidadãos ativos e participativos.

2.2 Visão

- Ser uma escola inclusiva, com um ensino de qualidade, que combate os múltiplos fatores de exclusão social, económica e cultural, em que todos os alunos têm direito e condições para se desenvolverem como pessoas e seres sociais e alcançar o sucesso educativo.
- Contribuir para a valorização do ensino profissional em Portugal, recusando a sua descaracterização ou subvalorização. Proporcionar aos alunos uma experiência rica de participação e vivência democrática, quer na escola, quer junto da comunidade.

2.3 Valores

- Promover valores como a justiça social, a igualdade, a fraternidade e a solidariedade, como contraponto ao individualismo e à visão caritativa e “assistencialista”, favorecendo a cooperação em detrimento da competição.
- Valorizar o trabalho e os trabalhadores como condição indispensável para uma vida digna.
- Desenvolver a educação pela cidadania, contribuindo para a aquisição de comportamentos de intervenção cívica, balizadas em valores democráticos e de solidariedade social, inscritos na Constituição da República Portuguesa.

3. PRINCIPAIS OBJETIVOS

Para o triénio 2023/2026, a EPBJC define dois grandes objetivos:

- Aprofundar a cultura escolar de sucesso educativo de todos os alunos
- Promover a educação para a cidadania, tendo como referências os princípios e valores da lei fundamental e o perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória.

Para o atingir, a EPBJC está apostada em desenvolver uma cultura profissional com a participação de todos os professores na construção de um modelo pedagógico que seja coerente com os objetivos enunciados.

É fundamental a motivação das equipas de trabalhadores (docentes e não docentes), das delegações e da sede, identificadas com o Projeto da EPBJC. Para isso, é importante que a Escola, enquanto instituição, seja também um espaço de realização profissional para cada um dos seus trabalhadores, proporcionando-lhes perspetivas de desenvolvimento e de futuro. O seu envolvimento e motivação são determinantes para a produção de resultados.

3.1 Sucesso Educativo

Todos os alunos têm direito ao sucesso educativo. O sucesso não se decreta, não é um dado apriorístico, é uma construção que envolve (responsabiliza) o aluno e os alunos, os professores, todos os trabalhadores da escola, as famílias e, desde logo no desenvolvimento da FCT, os empregadores, isto é, o conjunto da comunidade onde nos inserimos. A diversidade de intervenientes não dilui a responsabilidade individual de cada um, mas é no conjunto que se consegue congrega o contributo de todos, em que o sucesso de uns não é o fracasso dos outros.

De acordo com esta conceção - simultaneamente compromisso de ação - o sucesso educativo passa pela criação e desenvolvimento permanente de uma cultura democrática de sucesso, em que se destaca os seguintes elementos:

- O reconhecimento de que todos os alunos são capazes de aprender tudo o que ensinamos na Escola;
- A valorização da dimensão humana e pessoal, em que se aceita cada aluno tal como é e não como se gostaria que fosse;
- O contributo da família como parceiros e não como alvo de juízos de valor ou quem se atribuem culpas;

- A participação dos alunos na construção da aprendizagem, ensinando cada um e o grupo a partir do ponto onde estão, com a sua cultura e os seus valores, que se respeitam, procurando, quando muito, alinhá-los com os valores perseguidos pela Escola;
- A construção de um modelo pedagógico tendo como objetivo o sucesso de todos;
- O valor educativo do trabalho para uma formação integral;
- A motivação e a elevação das expectativas dos alunos.

Estas diretrizes estão, legalmente, consagradas nos princípios orientadores da educação inclusiva, nomeadamente:

- a) Educabilidade universal, a assunção que todas as crianças e jovens têm capacidade de aprendizagem e de desenvolvimento educativo;
- b) Equidade, a garantia de que todas as crianças e alunos têm acesso aos apoios necessários de modo a concretizar o seu potencial de aprendizagem;
- c) Inclusão, o direito de todos os alunos aos mesmos contextos educativos;
- d) Planeamento educativo centrado nas aprendizagens dos alunos, através de uma abordagem multinível;
- e) Gestão flexível do currículo, dos espaços e dos tempos escolares;
- f) Respeito pela autonomia pessoal.

Só com o sucesso dos alunos existe o sucesso dos professores, das equipas, do todo da Escola. O sucesso é um imperativo ético da comunidade escolar.

Neste âmbito, a EPBJC define os seguintes indicadores e objetivos prioritários:

- Diminuir a taxa de desistências, de modo a que cada turma termine com, pelo menos, 21 alunos;
- Aumentar a taxa de conclusão dos alunos que frequentam o ciclo de formação completo, tendencialmente, para os 100%;
- Diminuir o número de alunos com módulos em atraso e o seu cômputo global. Cada turma, anualmente, fixa metas sobre este indicador e, trimestralmente, define o Plano de Recuperação das Aprendizagens;
- Em cada delegação e em cada turma, compete à Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) definir as medidas adequadas às necessidades de cada aluno e grupo turma;
- Diminuir o absentismo injustificado e o número de alunos e de horas que precisam de ser “compensadas”;

- Desenvolver estratégias de apoio ao prosseguimento de estudos;
- Acompanhar e apoiar a inserção no mercado de trabalho;
- Trabalhar as competências sociais, emocionais e comunicacionais dos alunos.

3.2 Educação para a Cidadania Democrática

Desde sempre, a EPBJC inscreveu, no seu Projeto Educativo, o seu contributo para a formação dos alunos, ajudando-os a tornarem-se cidadãos conscientes, informados, preocupados com os outros, ativos, responsáveis e, ao mesmo tempo, profissionais competentes.

A educação dos jovens é um processo coletivo e social, que começa na família, na comunidade e no grupo de pares, fortemente influenciado pelo que circula nas redes sociais e nos órgãos da comunicação social dominante, detidos pelos grandes poderes económicos e financeiros e servindo os seus interesses.

A Escola pode e deve desenvolver um papel insubstituível na educação dos jovens, um papel que se expressa de forma mais ou menos explícita, designadamente, através das regras, direitos e deveres que estabelece, contribuindo para a formação cívica dos alunos.

O Decreto-lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores para a sua conceção, incluiu, na matriz curricular-base, a componente de formação de Cidadania e Desenvolvimento. Estipula o diploma que cabe a cada escola definir a sua estratégia de educação para a cidadania, no âmbito da Estratégia Nacional da Educação para a Cidadania.

Na Estratégia de Escola da Educação Para a Cidadania, definimos os seguintes domínios a trabalhar com os alunos:

- I. Os Direitos Humanos (civis e políticos, económicos, sociais e culturais e de solidariedade)
- II. Igualdade de género
- III. Interculturalidade (diversidade cultural e religiosa)
- IV. Desenvolvimento sustentável
- V. Educação Ambiental
- VI. Saúde (promoção da saúde, saúde pública, alimentação, exercício físico e saúde sexual)
- VII. Instituições e participação democrática
- VIII. Mundo do trabalho (direitos dos trabalhadores e movimento sindical).

A componente de Cidadania e Desenvolvimento é uma área de trabalho transversal, onde se cruzam os contributos das diferentes componentes de formação, disciplinas e Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) com os temas da estratégia da Escola da educação para a cidadania, através do desenvolvimento e concretização de projetos pelos alunos.

O objetivo principal da Área de Integração é a educação para a cidadania e o desenvolvimento de competências sociais. Os domínios elencados anteriormente devem ser trabalhados no programa desta área curricular.

A título experimental, nos Cursos de Informática de uma delegação, vamos substituir a disciplina de TIC e criar a disciplina de Educação e o Mundo, onde serão trabalhados de forma mais desenvolvida os seguintes domínios: Interculturalidade, Educação para os Media e para a Saúde.

Anualmente, será selecionado um Tema de Projeto de Escola, a nível nacional, de relevância social e política, que será, depois, desenvolvido em cada turma no âmbito do Projeto Curricular de Turma, com a participação dos alunos na definição dos subtemas que pretendem trabalhar e das atividades a realizar. Estes trabalhos devem ser apresentados a toda a turma e, sempre que possível, a todos os alunos e familiares de cada delegação. O objetivo é que os alunos aumentem os seus conhecimentos sobre temas relevantes, melhorando a sua compreensão e tornando-os mais conscientes das suas aprendizagens.

Cada turma, anualmente, deve ter, pelo menos, um projeto com a comunidade, proporcionando o contacto dos alunos com outras camadas da população e os seus problemas, nomeadamente, através da cooperação com outras instituições.

As comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio devem constar do Plano de Atividades de cada delegação, com atividades que envolvam todos os alunos, onde, para além de atividades lúdicas e desportivas, deve haver sempre uma componente política.

Aprofundar o funcionamento democrático da Escola, melhorando a participação dos alunos aos mais diversos níveis, desde os processos de aprendizagem à organização da vida escolar. As Assembleias de Turma e o Conselho de Delegados são formas organizativas que possibilitam uma acrescida participação institucional dos alunos.

A “Hora de Orientação Educativa de Turma”, no horário semanal da turma, se bem planificada, possibilita uma discussão regular e sistemática dos problemas revelados pelos alunos, no plano das aprendizagens, dos comportamentos e dos projetos.

A avaliação das atividades deve refletir-se na classificação dos módulos durante os quais foram desenvolvidas. A participação dos alunos nos projetos, no âmbito desta componente, é objeto de registo no certificado do aluno.

Os responsáveis por esta componente são, ao nível da turma, o professor da Área de Integração e o Orientador Educativo de Turma; ao nível da delegação, o Diretor Pedagógico da Delegação e; a nível nacional, o Presidente da Direção Pedagógica.

4. CONSTRUÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO

O modo de ensinar e de organizar as aprendizagens não é independente dos objetivos que se assumem e do que se pretende que os alunos aprendam.

Trata-se de romper com uma tradição, ainda muito forte, de “ensinar a muitos como se fossem um só”, de romper com a pedagogia magistral, a mesma lição e os mesmos exercícios para todos ao mesmo tempo.

É um enorme desafio, em que se encontram envolvidos os professores e alunos da EPBJC – a construção de um modelo pedagógico que procura responder, de maneira integrada, à diversidade dos alunos, que têm direito ao sucesso baseado na aprendizagem cooperativa e na diferenciação pedagógica. Modelo de que destacamos os seguintes elementos:

- Papel ativo dos alunos na construção das suas aprendizagens, pelo que o ato de ensinar se deve basear muito na construção de atividades para os alunos desenvolverem;
- Utilização de estratégias de aprendizagem alicerçadas em grupos cooperativos, em que os alunos assumem diferentes papéis e responsabilidades. E não todos a fazerem a mesma coisa ao mesmo tempo;
- Trabalho por projetos como uma opção de fundo na organização do trabalho escolar, um tempo forte de práticas diferenciadas, realizadas em pares ou pequenos grupos;
- Realização de projetos interdisciplinares, podendo englobar várias disciplinas da área técnica, mas também da área científica e da área sociocultural;
- Gestão do tempo de aula, criando o tempo de estudo autónomo, em que os alunos se guiam, preferencialmente, por um Plano Individual de Trabalho;

- Instituição de processos de avaliação que permitam a adaptação do ensino às diferenças individuais observadas nas aprendizagens. Uma avaliação plenamente integrada no processo de ensino e na aprendizagem, cuja principal função é regular e melhorar as aprendizagens dos alunos, o que pressupõe a partilha de responsabilidades em matéria de avaliação e autoavaliação das aprendizagens;
- No âmbito da Educação Inclusiva, desenvolver a estratégia do Desenho Universal das Aprendizagens (DUA), tendo como princípios proporcionar múltiplos meios de envolvimento (aumentando a perspetiva de sucesso), de representação (diversificando os estilos de aprendizagem) e de ação e expressão (diversificando os instrumentos e momentos de avaliação).

As ruturas que este modelo pedagógico implica não se fazem isoladamente, o trabalho cooperativo entre professores é essencial e absolutamente necessário. As sessões de autoformação cooperada precisam de ser mais bem preparadas e alargado o âmbito das temáticas em reflexão. Para além do trabalho em sala de aula com os alunos, é importante refletir sobre o papel do Projeto Curricular de Turma, o Plano de Recuperação das Aprendizagens, o Sistema da Qualidade ao nível da turma e da delegação, a educação para a cidadania, entre outros aspetos.

Sem nunca substituir o papel fundamental do professor e da sua presença, a evolução tecnológica e a sua apropriação pelos professores e alunos tem um grande impacto nas aprendizagens, coloca novas exigências ao trabalho docente e à sua formação.

O modelo pedagógico em construção e desenvolvimento na EPBJC implica o envolvimento ativo e a valorização do papel de todos os intervenientes educativos, no sentido de potenciar o sucesso escolar. Nesta perspetiva, pretende-se reforçar:

- A valorização do professor enquanto elemento basilar do processo educativo e como profissional competente na definição da estratégia didático-pedagógica e gestor do currículo.
- O papel do aluno enquanto agente regulador do seu processo de aprendizagem, de construção social e pessoal, em cooperação com os seus pares e com todos os elementos da comunidade educativa.
- O envolvimento ativo dos encarregados de educação no processo de aprendizagem de cada aluno, possibilitando-lhe um acompanhamento do seu percurso em interação com os vários órgãos escolares, num compromisso educativo e social de responsabilização mútua pelo sucesso educativo.

- O contributo dos trabalhadores não docentes, quer da área administrativa quer de outros serviços técnicos - como o Serviço de Orientação e Acompanhamento é essencial para garantir as condições ao bom desempenho do trabalho pedagógico. Na primeira linha dos contactos com as famílias, com os alunos nos espaços extra-aula e com outras entidades com as quais a Escola se relaciona, os trabalhadores não docentes desempenham um papel que constitui um enorme contributo para a imagem e prestígio da instituição. Um papel cuja assunção prática pressupõe uma grande identificação com o Projeto Educativo.

5. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

A atribuição, em janeiro de 2020 e a renovação, em março de 2023, do selo de conformidade EQAVET (Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissionais), pelo período de 3 anos, atestando que a EPBJC tem implementado um Sistema de Garantia da Qualidade consistente, foi o reconhecimento de um processo em que, ao longo dos anos, se foi construindo uma cultura da qualidade em que se procura conhecer os resultados, avaliar os processos e monitorizar os procedimentos.

Há mais de 15 anos que a EPBJC dispõe de um Observatório da Qualidade, em que a recolha, tratamento e análise dos resultados dão origem a relatórios que são encaminhados para os órgãos responsáveis, onde são avaliados e determinam a tomada de decisões.

O Quadro EQAVET, com os seus princípios (visão estratégica, visibilidade dos processos e resultados; envolvimento dos parceiros internos e externos; melhoria contínua, utilizando os indicadores selecionados; e a utilização do ciclo da qualidade), permitiu à Escola sistematizar e formalizar muito do que já se fazia, mas também se traduziu e traduz num salto qualitativo que importa alargar, desenvolver e consolidar aos mais diversos níveis.

A EPBJC melhorou muito a visibilidade do seu trabalho e dos seus resultados. Ao nível dos processos, por exemplo, foi criado um plano de formação baseado nas necessidades identificadas por cada trabalhador. Os processos administrativos e financeiros foram devidamente regulamentados ao nível dos procedimentos.

O envolvimento dos professores e dos alunos na definição de metas e objetivos está devidamente definido. Os processos de avaliação e melhoria (os planos de recuperação das aprendizagens) são um campo onde ainda é possível melhorar muito.

É necessário continuar a aprofundar a reflexão e a melhoria de processos na abordagem aos encarregados de educação e aos empregadores, de modo a envolvê-los mais, com vista ao sucesso educativo dos alunos.

Os documentos de planificação da Escola, nomeadamente, Projetos Curriculares de Turma, Projetos Curriculares de Curso e Planos de Atividades das Delegações, precisam de refletir melhor o que já se faz e lançar novos desafios. A avaliação no Sistema EQAVET foca-se num conjunto de indicadores como taxas de conclusão, taxas de colocação no mercado de trabalho e de prosseguimento de estudos, colocação na área de formação e grau de satisfação dos empregadores. Para além destes indicadores, a EPBJC definiu um conjunto de indicadores internos que lhe permitem: avaliar os resultados, trimestralmente e; anualmente, taxas de desistência, aproveitamento escolar (nº de módulos não realizados), assiduidade e taxa de transição de ano.

Também foi desenvolvida a avaliação noutras dimensões, como a monitorização dos processos técnico-pedagógicos, a avaliação do trabalho dos professores e dos diretores das delegações.

A avaliação do trabalho docente na EPBJC tem como objetivo a melhoria do trabalho docente e, como reflexo, a melhoria das aprendizagens dos alunos. Sem impacto na progressão da carreira e, como tal, não dando lugar a qualquer classificação, o modelo de avaliação praticado visa o crescimento profissional do docente e a melhoria e controlo dos resultados, em ordem à satisfação dos objetivos e metas fixados.

É um processo que tem os seguintes elementos:

- Relatório de Autoavaliação do docente
- Análise do dossiê técnico-pedagógico do professor
- Observação de aula
- Entrevista de Reflexão
- Relatório de Avaliação elaborado pela Comissão da Avaliação
- Plano de Melhoria e Desenvolvimento.

6. ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

É cada vez mais evidente a importância e as expectativas reveladas pelos alunos e encarregados de educação sobre a possibilidade de a Escola proporcionar experiências noutros países, durante a formação.

Pela sua natureza, condições que oferece e fins a que se destina, o Programa de Mobilidade Erasmus permite que os alunos enriqueçam a sua experiência profissional e pessoal no estrangeiro, ponham em prática o que

aprenderam noutro contexto, falem outras línguas, utilizem outras ferramentas e vivam desafios trabalhando com outros tutores e colegas, reforçando a sua autonomia e autoestima, desenvolvendo competências interculturais e enriquecendo o seu currículo profissional.

Os professores podem conhecer outros sistemas de ensino, aprender e partilhar boas práticas com os colegas de outros países, desenvolvendo novos métodos e estratégias de ensino.

A comunicação, a resolução de problemas, o trabalho em equipa, a capacidade de enfrentar novas realidades, são, entre outras, competências transversais que podem ser muito aumentadas com estas experiências e um reforço para a motivação dos alunos, professores e outros trabalhadores.

A acreditação Erasmus da Escola, entretanto conseguida, apesar dos constrangimentos financeiros, vai facilitar a construção e o desenvolvimento de um Plano com os seguintes objetivos:

- Melhorar o aproveitamento escolar e, nomeadamente, as competências linguísticas e digitais;
- Reforçar a motivação, autonomia, autoestima e a compreensão das habilitações escolares e as competências profissionais;
- Proporcionar novas experiências profissionais, enriquecendo o currículo e aumentando as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho;
- Partilhar e aprender novas práticas de ensino e profissionais;
- Promoção da Cidadania, possibilitando aos alunos, professores e outros trabalhadores o conhecimento de outras culturas, das questões de igualdade de género, da migração e ambientais, entre outras.